

1 Ata da Reunião Extraordinária da Plenária do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São
2 João – CBHLSJ. Ao décimo terceiro dia do mês de maio do ano de dois mil e vinte e seis,
3 às dez horas, iniciou-se a reunião via conferência (plataforma *Zoom*), tendo como pauta
4 os seguintes assuntos: **Pauta: 1. Aprovação de resolução que dispõe sobre a**
5 **“Disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 20.000,00**
6 **(vinte mil reais) para a complementação de recursos para a Contratação de empresa**
7 **especializada para a realização de Curso de Formação de Condutores de Turismo**
8 **de Base Comunitária (TBC)”;** 2. **Aprovação de resolução que dispõe sobre o aporte**
9 **de “recursos financeiros para aquisição de lanche/alimentação para reuniões e**
10 **eventos da pesca”;** 3. **Aprovação de resolução que “Regulamenta a aplicação de**
11 **recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais)**
12 **para Auxílio à Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama (alimentação,**
13 **combustível, óleo lubrificante e marina) durante os períodos de defeso do crustáceo**
14 **e do peixe”.** 4. **Aprovação de resolução que dispõe sobre a “alteração na composição**
15 **do CBHLSJ - Inscrição da Concessionária Águas do Rio 1 SPE S.A ao Plenário do**
16 **CBHLSJ”.** 5. **Apresentação sobre o Plano Estadual de Segurança Hídrica – SEAS.**
17 **6. Assuntos Gerais.** Onde compareceram os seguintes representantes, conforme lista de
18 presença: **Membros:** Sr. André Vicente Plastino da Silva (Instituto Chico Mendes de
19 Conservação da Biodiversidade - ICMBio); Sra. Ana Paula Araújo Pereira (Fundação
20 Instituto de Pesca do Rio de Janeiro – FIPERJ); Sr. Carlos Henrique Teles Tibão
21 (Instituto Estadual do Ambiente – INEA); Sr. Samuel Muylaert Camargo da Silva
22 (Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade); Sr. Aziel da Silva Vieira
23 (Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios); Sra. Daiana Paula da Silva Cabral
24 (Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo); Sr. Jailton Dias Nogueira Junior (Prefeitura
25 Municipal de Cabo Frio); Sr. Thiago Dutra Ferreira (Prefeitura Municipal de Iguaba
26 Grande); Sr. Thiago Ferreira Albuquerque (Prefeitura Municipal de Silva Jardim); Sra.
27 Ellen Ramos de Araújo (Associação dos Amigos da Lagoa De Jacarepiá – AMILA); Sr.
28 Walter Luiz da Silva Ramos (Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos
29 Lagos – ASAERLA); Sr. Felipe Silva Serpa (Associação Comercial, Turística, Industrial
30 e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA); Sr. Arnaldo Villa Nova (Associação
31 de Defesa da Lagoa de Araruama - Viva Lagoa); Sr. Felipe Sarquis Aiex Maneschy e Sra.
32 Marcela Bonelli Zarur (Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso –
33 AMAMG); Sr. José Carlos Teixeira (Associação de Pescadores Artesanais no Parque das
34 Garças Integradas); Sr. Carlos Alberto Cardoso de Oliveira e Sr. Juarez Lopes Marquês
35 (Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI); Sra. Carolina Mazieri
36 (Cidadania Buziana); Sra. Dalva Rosa Mansur e Sra. Sandra Barbara de Souza (Instituto
37 de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS); Sra. Cinthia
38 Eduardo Gomes (Observatório Social do Brasil – São Pedro da Aldeia e Região dos
39 Lagos); Sra. Talita de Castro Mallmann (Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção
40 de São Pedro da Aldeia); Sr. Roni Ribeiro (Associação de Pescadores Artesanais de
41 Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA); Sr. Fernando Barbosa da Silva
42 (Clube Náutico de Araruama); Sr. Leandro Coutinho Mattos (Colônia de Pescadores de
43 Iguaba Grande - Z29); Sra. Suzana Nascimento Nunes de Souza (Concessionária Águas

44 de Juturnaíba - CAJ); Sr. Rogério Góis Marão (Dois Arcos Construções e Gestão de
45 Resíduos LTDA); Sr. Ricardo Fernando Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado
46 do Rio de Janeiro – FIRJAN); Sr. Moacir Andrade Simões e Vanessa Dutra Soriano
47 (Lagos Bioenergia S/A); Sra. Roberta Costa Moraes e Sra. Aline Silva Araújo (Prolagos
48 S.A Concessionária de Serviços Públicos de Água e Esgoto). **Entidade Delegatária:** Sra.
49 Cláudia Magalhães da Silva (Coordenadora Técnica-Administrativa do CILSJ); Sra.
50 Aline Ribeiro, Sra. Vanessa Sotto, Sra. Yamara Figueiredo, Sr. Allan Barbosa (Analistas
51 Técnicos do CILSJ); Sra. Samara Miranda (Assistente Administrativa do CILSJ); Sra.
52 Keina Lopes (Técnica de Meio Ambiente do CILSJ), Sra. Agatha Caroline Silva dos
53 Santos e Sra. Natallie Favaro Pereira Coelho (Estagiárias do CILSJ); Sra. Perola Luiza
54 Vantine dos Santos (Jovem Aprendiz do CILSJ). **Convidados:** Sr. Dietrich Batista
55 (Cidadania Buziana); Sra. Helena Zuntini (SEAS); Sr. Gustavo Spiegelberg
56 (LAC/UFRJ); Sr. Bruno Perrota. O Presidente do CBHLSJ, Sr. Jailton Dias Nogueira
57 Junior, iniciou os trabalhos agradecendo a presença de todos. Em seguida, a Sra. Aline
58 Ribeiro (Analista Técnica do CILSJ) solicitou retificação do quarto item da pauta,
59 esclarecendo que a denominação correta da empresa requerente seria “Concessionária
60 Águas do Rio”, em substituição ao termo anteriormente registrado “Rio Mais
61 Saneamento”, alteração que também seria promovida na respectiva minuta de resolução.
62 Antes do início das deliberações, foi registrado pedido do Presidente para realização de
63 um minuto de silêncio em homenagem ao Sr. Jorge, representante da Associação Livre
64 dos Aquicultores das Águas do São João – ALA, falecido na mesma semana, tendo o
65 Presidente manifestado solidariedade à Sra. Irene Alves de Mello e destacado a relevância
66 da atuação do membro junto ao Comitê. Na sequência, durante a apreciação preliminar
67 da pauta, o Sr. Felipe Serpa (Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de
68 São Pedro da Aldeia – ACIASPA) solicitou inclusão de item de pauta, para debater acerca
69 da retirada de algas e lodo da região do Camerum, em São Pedro da Aldeia, relacionando
70 o tema aos impactos ambientais e às discussões da Câmara Técnica de Pesca. Em razão
71 do questionamento, instaurou-se debate sobre a possibilidade regimental de inclusão de
72 Assuntos Gerais em reuniões extraordinárias. A Sra. Dalva Mansur, (Instituto de
73 Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS) manifestou
74 entendimento de que reuniões extraordinárias deveriam tratar exclusivamente dos
75 assuntos previamente convocados, entendimento corroborado pelo Sr. Carlos Alberto
76 Cardoso (Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI), sob fundamento
77 de segurança jurídica e observância regimental. A Sra. Aline Ribeiro procedeu à leitura
78 do artigo dezesseis do Regimento Interno, esclarecendo haver interpretações divergentes
79 quanto à admissibilidade de Assuntos Gerais em reuniões extraordinárias, enquanto a Sra.
80 Carolina Mazieri (Cidadania Buziana) manifestou entendimento favorável à manutenção
81 do item. Após as manifestações, o Presidente deliberou permanência do item “Assuntos
82 Gerais” da pauta e pelo acolhimento da solicitação de inclusão do tema proposto pelo Sr.
83 Felipe Serpa. Ainda no início dos trabalhos, a Sra. Talita Mallmann (Ordem dos
84 Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia) informou ter encaminhado
85 pelo chat observações técnicas e jurídicas referentes às minutas em apreciação, sugerindo
86 posterior formalização por e-mail para análise da Câmara Técnica Institucional e Legal –

CTIL e da Secretaria Executiva. Prosseguiu-se então para o primeiro item de pauta, sobre a **aprovação de resolução que dispõe sobre a “Disponibilização de recursos financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) para a complementação de recursos para a Contratação de empresa especializada para a realização de Curso de Formação de Condutores de Turismo de Base Comunitária (TBC)”**. A Sra. Aline Ribeiro destacou que a matéria decorreu de deliberação da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura do CBHLSJ em reunião extraordinária realizada em vinte e dois de abril de dois mil e vinte e seis, em complementação à Resolução CBHLSJ nº 227/2025, bem como que os recursos encontram previsão na Resolução CBHLSJ nº 200/2024, relativa ao Plano de Aplicação Plurianual de Investimentos para o período de 2025 a 2026. Durante os debates, a Sra. Talita Mallmann apontou divergências terminológicas em documentos complementares vinculados ao curso, especialmente quanto à utilização das expressões “empresa especializada” e “sociedade civil sem fins lucrativos”, ressaltando a necessidade de adequação jurídica e documental. A Sra. Aline Ribeiro esclareceu que os apontamentos seriam posteriormente avaliados e ajustados sem prejuízo da apreciação da resolução em questão. Não havendo mais comentários por parte dos membros presente, foi colocado em votação a aprovação da resolução. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se, via chat e oralmente, a favor da aprovação: Associação de Defesa da Lagoa de Araruama – Viva Lagoa; Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ; Prolagos S.A; Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande – Z-29; Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Instituto Estadual do Ambiente – INEA; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Associação dos Amigos da Lagoa de Jacarepiá – AMILA; Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI; Observatório Social do Brasil – São Pedro da Aldeia e Região dos Lagos; Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas. **Voto contrário:** Clube Náutico de Araruama. **Abstenções:** Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA; Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Cidadania Buziana; Prefeitura Municipal de Armação dos Búzios; Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG. Dessa forma, a resolução foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Seguiu-se para o segundo item de pauta, sobre a **aprovação de resolução referente ao aporte de recursos financeiros para aquisição de lanche/alimentação para reuniões e eventos da pesca**. A Sra. Aline Ribeiro apresentou a resolução, destacando que o aporte seria de R\$30.000,00 (trinta mil reais), oriundos da rubrica de Usos Múltiplos, Pesca e Gerenciamento Costeiro, conforme deliberação da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura em reunião realizada em vinte e dois de abril de dois mil e vinte e seis. O Sr. Felipe Serpa reiterou solicitação para que futuras minutas sejam acompanhadas de justificativas mais detalhadas e histórico de execução financeira das ações anteriormente

130 aprovadas, argumentando ser necessário maior embasamento aos membros que não
131 acompanham diretamente as Câmaras Técnicas. Em resposta, a Sra. Aline Ribeiro
132 esclareceu que as justificativas haviam sido previamente encaminhadas juntamente com
133 as minutas, conforme solicitação anterior da própria plenária, enquanto o Presidente
134 destacou que os processos financeiros e respectivas prestações de contas também são
135 acompanhados pelo Conselho Fiscal do Comitê. A Sra. Ana Paula Araújo (Fundação
136 Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ) questionou se os apontamentos
137 jurídicos realizados pela Sra. Talita Mallmann impactariam diretamente a votação das
138 resoluções, sendo esclarecido que parte das observações se referia especificamente ao
139 quarto item de pauta e outra parte dizia respeito a ajustes em memoriais descritivos, sem
140 interferência direta na resolução em análise. O Sr. Jailton manifestou preocupação quanto
141 à apresentação de considerações jurídicas durante a própria reunião, destacando que as
142 contribuições relacionadas às minutas deveriam ser encaminhadas previamente por e-
143 mail, a fim de possibilitar análise técnica adequada e tempo hábil para eventual realização
144 de ajustes. Ressaltou ainda que a Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL era o
145 espaço apropriado para discussão dessas questões, mencionando que a Sra. Talita
146 Mallmann, por integrar a referida câmara técnica e possuir formação jurídica, tinha
147 conhecimento da necessidade de apreciação prévia dessas matérias, evitando decisões
148 precipitadas ou sem o devido embasamento legal durante a plenária. Em resposta, a Sra.
149 Talita Mallmann esclareceu que não havia conseguido participar da última reunião da
150 CTIL em razão de desencontro de horários, comprometendo-se a ficar mais atenta na
151 próxima. Não havendo mais comentários por parte dos membros presente, foi colocado
152 em votação a aprovação da resolução. Os representantes das seguintes instituições
153 manifestaram-se, via chat e oralmente, a favor da aprovação: Associação de Defesa da
154 Lagoa de Araruama – Viva Lagoa; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região
155 dos Lagos – ASAERLA; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento
156 Sustentável – IPEDS; Cidadania Buziana; Colônia de Pescadores de Iguaba Grande – Z-
157 29; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ; Prolagos S.A.; Ordem dos Advogados
158 do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Associação Socioambiental Nossa
159 Lagoa Viva – ANOLAVI; Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso –
160 AMAMG; Lagos Bioenergia S.A.; Instituto Chico Mendes de Conservação da
161 Biodiversidade – ICMBio; Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças
162 Integradas. **Votos contrários:** Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe
163 da Laguna de Araruama – APAGPLA; Clube Náutico de Araruama; Associação
164 Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA;
165 Observatório Social do Brasil – São Pedro da Aldeia e Região dos Lagos. **Abstenções:**
166 Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS e Fundação Instituto de
167 Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ. Dessa forma, a resolução foi aprovada pela
168 maioria dos membros presentes. Dando seguimento, abordou-se o terceiro item de pauta,
169 sobre a **aprovação de resolução que “Regulamenta a aplicação de recursos**
170 **financeiros do CBHLSJ no montante de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) para**
171 **Auxílio à Fiscalização Integrada da Lagoa de Araruama (alimentação, combustível,**
172 **óleo lubrificante e marina) durante os períodos de defeso do crustáceo e do peixe”.**

A Sra. Carolina Mazieri questionou a possibilidade de inclusão do estuário e da foz do Rio Una nas ações de fiscalização integrada, considerando relatos de captura irregular de espécies em período de defeso naquela região. Em resposta, a Sra. Aline Ribeiro esclareceu que as ações atualmente decorrem de acordo de cooperação técnica firmado entre o CILSJ e os cinco municípios do entorno da Lagoa de Araruama, conforme deliberação prévia da Câmara Técnica de Pesca e Aquicultura, envolvendo inclusive atuação noturna dos agentes municipais. O Presidente considerou pertinente o encaminhamento da sugestão à Câmara Técnica competente para avaliação futura. Na sequência, procedeu-se à votação para aprovação da referida resolução. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se, via chat e oralmente, a favor da aprovação: Colônia de Pescadores de Iguaba Grande – Z-29; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama – Viva Lagoa; Clube Náutico de Araruama; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Prolagos S.A.; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ; Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA; Instituto Estadual do Ambiente – INEA; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Associação Socioambiental Nossa Lagoa Viva – ANOLAVI; Cidadania Buziana; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Observatório Social do Brasil – São Pedro da Aldeia e Região dos Lagos; Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS; Lagos Bioenergia S.A.; Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG; Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ; Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas; Prefeitura de Arraial do Cabo.

Abstenção: Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA. Dessa forma, a resolução foi aprovada pela maioria dos membros presentes. Dando prosseguimento, seguiu-se para o quarto item de pauta, sobre a **aprovação de resolução que dispõe sobre a “alteração na composição do CBHLSJ - Inscrição da Concessionária Águas do Rio 1 SPE S.A ao Plenário do CBHLSJ”**. A Sra. Aline Ribeiro projetou a resolução, realizando os ajustes referentes à padronização institucional, correção da numeração setorial e atualização das informações da concessionária. A Sra. Talita Mallmann solicitou esclarecimentos quanto ao enquadramento regimental da empresa, à vaga a ser ocupada e à formalização da indicação de representantes titular e suplente. Em resposta, a Sra. Aline Ribeiro esclareceu que a concessionária se enquadra no segmento de usuários e que sua solicitação de ingresso decorreu de encaminhamento previamente aprovado pela plenária, tendo sido regularmente instruída com a documentação necessária. Durante os debates, a Sra. Carolina Mazieri questionou a abrangência territorial da atuação da concessionária na região hidrográfica do Comitê, sendo esclarecido por representantes presentes que a empresa atua em municípios inseridos parcial ou integralmente na área de abrangência da bacia, incluindo Saquarema, Rio Bonito e áreas vinculadas ao sistema hídrico do Rio São João. A Sra. Roberta Moraes (Prolagos) esclareceu ainda que a nomenclatura “Águas do Rio 1 SPE S.A.” decorre da divisão dos blocos regionais oriundos do processo de concessão da CEDAE. A Sra. Marcela Bonelli (Associação de Moradores e Amigos do

Mato Grosso – AMAMG) solicitou a realização futura de apresentação institucional da concessionária, abrangendo temas relacionados à captação de água, vazão outorgada, impactos ambientais, contrapartidas e atuação na região da Lagoa de Saquarema. O Sr. Carlos Tibão (Instituto Estadual do Ambiente – INEA) reforçou a importância institucional da participação da concessionária no Comitê em razão de sua condição de usuária dos recursos hídricos da região. A Sra. Dalva Mansur informou ainda que os documentos referentes às outorgas e licenças já haviam sido disponibilizados aos membros. Não havendo mais comentários por parte dos membros presente, foi colocado em votação a aprovação da resolução. Os representantes das seguintes instituições manifestaram-se, via chat e oralmente, a favor da aprovação: Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA; Associação de Defesa da Lagoa de Araruama – Viva Lagoa; Ordem dos Advogados do Brasil – 48 Subseção de São Pedro da Aldeia; Fundação Instituto de Pesca do Estado do Rio de Janeiro – FIPERJ; Instituto Estadual do Ambiente – INEA; Concessionária Águas de Juturnaíba – CAJ; Associação de Moradores e Amigos do Mato Grosso – AMAMG; Cidadania Buziana; Clube Náutico de Araruama; Associação de Arquitetos e Engenheiros da Região dos Lagos – ASAERLA; Observatório Social do Brasil – São Pedro da Aldeia e Região dos Lagos; Prefeitura Municipal de Arraial do Cabo; Prolagos S.A.; Associação Comercial, Turística, Industrial e Agrícola de São Pedro da Aldeia – ACIASPA; Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS; Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade – ICMBio; Instituto de Pesquisas e Educação para o Desenvolvimento Sustentável – IPEDS; Lagos Bioenergia S.A.; Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN; Associação de Pescadores Artesanais no Parque das Garças Integradas. Dessa forma, a resolução foi aprovada pela maioria dos membros, sem manifestações contrárias. Avançou-se para o quinto item de pauta, sobre a **apresentação sobre o Plano Estadual de Segurança Hídrica – SEAS**, conduzida pelo Sr. Samuel Muylaert (Secretaria de Estado do Ambiente e Sustentabilidade – SEAS). Durante a apresentação, foi informado que o CBHLSJ era o primeiro comitê de bacia a receber a série de apresentações institucionais do projeto, esclarecendo-se que os estudos vêm sendo financiados por recursos oriundos de Termo de Ajustamento de Conduta – TAC vinculado ao COMPERJ. Foi apresentado o histórico do projeto, destacando-se a celebração de convênio entre a SEAS, o INEA e a Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, por intermédio do Laboratório de Aplicações Computacionais da Escola Politécnica e da Fundação José Bonifácio, para execução dos estudos no prazo de trinta e três meses, com previsão de conclusão em 2028. O Sr. Samuel informou que o projeto contempla três pilares principais: oferta hídrica, qualidade ambiental e riscos associados à água, incluindo abordagens relacionadas à segurança hídrica, mudanças climáticas, eventos extremos e gestão de riscos, além da construção de metodologia própria baseada em vulnerabilidade, exposição, perigo e resiliência. Também foram apresentados os produtos já aprovados, o cronograma previsto e o estágio atual dos estudos, destacando-se a fase de diagnóstico preliminar e mapeamento de pontos estratégicos. Ressaltou-se ainda a importância da participação dos Comitês de Bacia Hidrográfica no processo, mediante consolidação de contribuições alinhadas aos respectivos planos de bacia.

Informou-se que as reuniões da Câmara Técnica de Instrumentos de Gestão – CTIG, vinculada ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CERHI, são abertas ao público e que os relatórios produzidos estão disponíveis no portal oficial do Programa Estadual de Segurança Hídrica – PROSEGH. Durante os debates, a Sra. Carolina Mazieri questionou a existência de formulário específico para encaminhamento de contribuições, sendo sugerido que as manifestações fossem consolidadas pelo CILSJ a partir das discussões internas do Comitê e do Plano de Bacia atualizado. O Sr. Ricardo Guadagnin (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN) questionou a possibilidade de os estudos contemplarem alternativas de transposição de águas da Barragem de Juturnaíba para outros territórios, sendo esclarecido pelo Sr. Samuel Muylaert que diferentes alternativas de abastecimento vêm sendo analisadas tecnicamente, considerando soluções complementares e sistemas redundantes voltados à ampliação da segurança hídrica regional. Em razão do avançado do horário, foi deliberado que questionamentos remanescentes fossem encaminhados posteriormente por e-mail à equipe da SEAS ou à Secretaria Executiva do CILSJ. Passou-se, então, para **Assuntos Gerais**. O Sr. Felipe Serpa retomou a discussão acerca da retirada do lodo do Camerun e demais orlas de São Pedro da Aldeia, solicitando esclarecimentos sobre o andamento do termo de convênio entre a Prefeitura Municipal, a Prolagos e o Comitê, relatando que havia informações desconstruídas sobre o cancelamento de uma reunião interna anteriormente prevista para tratar do tema. Informou ainda que os membros aguardavam esclarecimentos quanto aos entraves existentes e aos próximos encaminhamentos, destacando a expectativa da comunidade em relação à execução da intervenção. Em resposta, o Sr. Jailton informou que o Subcomitê da Lagoa de Araruama, por meio do Sr. Roni Ribeiro, havia encaminhado ofícios à Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Pedro da Aldeia e à Prolagos, solicitando informações técnicas, metodologia de execução, levantamento batimétrico, identificação de pescadores atuantes nas áreas afetadas e esclarecimentos sobre as ações previstas para retirada do lodo nas localidades do Camerun, Mossoró e Boqueirão. Informou ainda que aguardavam resposta da Secretaria Municipal e que um novo ofício seria encaminhado à Prolagos ainda naquela semana. Ressaltou também que o processo demandava articulação conjunta entre concessionária, Prefeitura, Comitê e INEA, semelhante ao ocorrido anteriormente na Praia do Siqueira. Na sequência, a Sra. Cláudia Magalhães da Silva (Coordenadora Técnico-administrativa) esclareceu que, no âmbito das responsabilidades do Comitê, o processo referente à contratação de caminhão já havia sido aberto, faltando apenas a definição junto à Prolagos para início efetivo da contratação. A Sra. Roberta Moraes informou que o termo de cooperação ainda não havia sido assinado justamente porque a concessionária aguardava a conclusão do processo de cotação do serviço a ser contratado. Explicou que a reunião anteriormente agendada havia sido cancelada por solicitação da própria Prolagos em razão de questões de agenda dos diretores e também pela necessidade de obtenção de informações mais precisas sobre os custos envolvidos. Afirmou que a concessionária estava realizando procedimento interno de cotação, observando as regras de compliance e política de integridade da empresa, e que o processo demandava tempo devido à especificidade do serviço e à demora na interação das empresas interessadas em apresentar propostas. O Sr. Jailton questionou de

que forma o Comitê poderia auxiliar na condução do processo, ao que a Sra. Roberta Moraes respondeu que, naquele momento, dependiam exclusivamente da manifestação das empresas interessadas na prestação do serviço, esclarecendo que não seria possível realizar reuniões com essas empresas em razão das regras internas de compliance da concessionária. O Sr. Jailton questionou ainda sobre os parâmetros orçamentários da contratação, sendo informado pela Sra. Roberta Moraes que ainda não havia definição do valor final da contratação, pois isso dependia do encerramento da fase de cotação e validação técnica. Diante disso, o Sr. Jailton solicitou à Sra. Aline Ribeiro o encaminhamento de ofício à Prolagos requerendo informações complementares sobre o andamento do processo. O Sr. Felipe Serpa agradeceu os esclarecimentos prestados. Na sequência, a Sra. Talita Mallmann agradeceu ao Sr. Jailton pela atenção dada ao tema, ressaltando os impactos enfrentados pelos pescadores, moradores e comerciantes da região em razão do forte odor e da degradação ambiental existente no local. Afirmou preocupação com a ausência de resultados práticos após longo período de discussões e mencionou visita recente de deputado estadual à localidade, ocasião em que o tema foi debatido publicamente junto a representantes da Prolagos e pescadores. Relatou ainda que surgiram informações divergentes sobre o responsável pelo cancelamento da reunião anteriormente prevista, o que acabou gerando questionamentos externos sobre a condução do processo. Demonstrou preocupação com a informação de que o termo de convênio ainda não estava assinado, ponderando que isso gerava insegurança quanto à efetiva execução da intervenção, e solicitou que o Comitê encaminhasse ofício à Prolagos questionando se o instrumento seria efetivamente firmado e qual seria a previsão para sua assinatura. Em resposta, o Sr. Jailton informou que havia registrado em grupo de diretores as mensagens relacionadas ao cancelamento da reunião e que pretendia realizar reunião com o Secretário Municipal de Meio Ambiente de São Pedro da Aldeia, Sr. Mário Flávio, juntamente com representantes do Subcomitê, visando buscar maior celeridade ao processo junto à Prolagos e à Prefeitura. A Sra. Talita Mallmann sugeriu ainda que, caso o instrumento de convênio não avançasse, fosse discutido no âmbito do Subcomitê da Lagoa de Araruama um plano alternativo para atendimento emergencial da comunidade afetada. A Sra. Roberta Moraes solicitou novamente a palavra para esclarecer que não havia qualquer indicativo de descontinuidade do processo, reiterando que o termo ainda não havia sido assinado justamente para evitar formalização de instrumento com valores ou escopos possivelmente incompatíveis com os resultados finais da cotação em andamento. Ressaltou que todas as medidas possíveis estavam sendo adotadas pela concessionária para viabilizar a contratação de forma regular e transparente. O Sr. Jailton complementou afirmando que o processo possuía elevada complexidade burocrática envolvendo diversos órgãos e instituições, ressaltando a necessidade do termo de cooperação técnica para viabilização das ações. Em seguida, o Sr. Roni Ribeiro (Associação de Pescadores Artesanais de Gancho de Peixe da Laguna de Araruama – APAGPLA) manifestou agradecimento ao Sr. Jailton pelo apoio dado à pauta, mas esclareceu que os questionamentos surgidos decorriam de informações contraditórias recebidas durante visita realizada à Praia do Camerun, quando o Sr. Sinval, representante da Prolagos, teria inicialmente atribuído o cancelamento da reunião à Sra. Adriana e

posteriormente ao próprio Sr. Jailton. O Sr. Roni Ribeiro afirmou que essa sequência de desencontros e atrasos vinha gerando desconfiança e insegurança entre os pescadores e moradores, especialmente diante da percepção de lentidão no avanço das pautas relacionadas à recuperação ambiental da Área 2 da Lagoa de Araruama. Também comparou a celeridade de outras pautas do Comitê com a demora na condução das demandas relacionadas ao problema ambiental em discussão. O Sr. Jailton respondeu que compreendia a insatisfação apresentada, ressaltando que os diversos grupos de trabalho e câmaras técnicas possuíam demandas simultâneas que acabavam gerando sobreposição de pautas, embora reconhecesse a urgência das intervenções relacionadas às áreas afetadas. A Sra. Cinthia Gomes (Observatório Social do Brasil – São Pedro da Aldeia e Região dos Lagos) questionou se os estudos técnicos necessários já haviam sido concluídos. Em resposta, a Sra. Roberta Moraes esclareceu que os estudos já estavam finalizados e serviam de base para a fase atual de validação técnica e contratação da empresa responsável pela execução do serviço, reiterando que o atraso decorria da etapa de cotação e não mais da elaboração dos estudos. Também esclareceu novamente que o cancelamento da reunião do Comitê com a diretoria da Prolagos havia sido realizado por ela própria junto à Sra. Adriana, acrescentando que havia ocorrido outra reunião distinta, relacionada ao Canal da Malhada, cuja desmarcação havia partido do Sr. Jailton em razão da ausência de alguns participantes. O Sr. Jailton confirmou a informação, esclarecendo que se tratava de outra agenda e não da reunião referente ao Camerun. Na sequência, a Sra. Marcela Bonelli Zarur solicitou formalmente audiência de esclarecimentos com a Concessionária Águas do Rio acerca do contrato de captação de água na região da Serra do Mato Grosso, Rio Roncador e Jaconé, manifestando preocupação quanto aos impactos ambientais decorrentes da retirada de água, à redução de vazão de cursos hídricos, aos reflexos sobre a Cachoeira Véu da Noiva e a Lagoa de Saquarema, bem como requerendo informações sobre estudos de impacto ambiental, medidas compensatórias, reflorestamento e estratégias de conservação das áreas produtoras de água. Solicitou ainda maior participação da concessionária no Subcomitê e no Grupo de Trabalho da Lagoa de Saquarema. Não havendo mais assuntos a serem tratados, o Sr. Jailton Dias Nogueira Junior agradeceu a presença de todos, reforçou que os encaminhamentos discutidos seriam devidamente realizados e declarou encerrada a reunião extraordinária. Deste modo, eu, Natallie Favaro Pereira Coelho, lavro a presente Ata, revisada pela Samara M. P. da H. Barros, para que, depois de lida, aprovada pelos membros do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João e assinada pelo Presidente do Comitê de Bacia Hidrográfica Lagos São João, produza seus efeitos legais. São Pedro da Aldeia, 30 de junho de 2026.



Assinado digitalmente na ZapSign por
Jailton Dias Nogueira Junior
Data: 30/06/2026 16:11:57.384 (UTC-0300)

JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR
Presidente do CBH Lagos São João

Relatório de Assinaturas

Datas e horários em UTC-0300 (America/Sao_Paulo)

Última atualização em 30 Junho 2026, 16:11:57

Status: Assinado

Documento: Ata Da Reunião De Plenária 13-05-2026.Pdf

Número: 9ee2ac4b-b7be-43b1-b8cd-e43e4b649859

Data da criação: 30 Junho 2026, 12:56:04

Hash do documento original (SHA256): c83179444e3c2765438edef4d06fb5373a04431d532cfd1613ad1e96b06214bf



Assinaturas

1 de 1 Assinaturas

Assinado  via ZapSign by Truora JAILTON DIAS NOGUEIRA JUNIOR Data e hora da assinatura: 30/06/2026 16:11:57 Token: 9cb45d7f-6b71-4f30-b84f-e380422449bd		Assinatura  Jailton Dias Nogueira Junior
Pontos de autenticação: Telefone: 5522988351511 E-mail: jailtonmar@yahoo.com.br		

IP: 177.26.75.250
Dispositivo: Mozilla/5.0 (Linux; Android 10; K) AppleWebKit/537.36 (KHTML, like Gecko) SamsungBrowser/30.0 Chrome/143.0.0.0 Mobile Safari/537.36

INTEGRIDADE CERTIFICADA - ICP-BRASIL

Assinaturas eletrônicas e físicas têm igual validade legal, conforme MP 2.200-2/2001 e Lei 14.063/2020.

Confirme a integridade do documento aqui.



Este Log é exclusivo e parte integrante do documento número 9ee2ac4b-b7be-43b1-b8cd-e43e4b649859, segundo os [Termos de Uso da ZapSign](#), disponíveis em zapsign.com.br